

Desafios e Estratégias para a Educação a Distância

Andreza Lopes
(Organizadora)



 **Atena** Editora

Ano 2018

Andreza Lopes

Organizadora

**Desafios e Estratégias
para a Educação a Distância**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D441 Desafios e estratégias para a educação a distância / Organizadora
 Andreza Lopes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. –
 (Educação a Distância; v. 1)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-455090-3-5
DOI 10.22533/at.ed.035182706

1. Ensino à distância. I. Lopes, Andreza. II. Série.

CDD 371.35

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estamos no século XXI e não podemos negligenciar a mudança cultural da sociedade e seu sistema de desenvolvimento. Vivemos na era do conhecimento, onde as organizações e seus trabalhadores são desafiados dia a dia a entregar o melhor proposto e esta mudança exige adequação ágil em passos constantes. Neste conceito vantagem competitiva tem sua arquitetura a partir das competências dos indivíduos e não mais nos processos e ferramentas comuns a sociedade industrial.

O melhor e maior recurso, frente a este cenário, é o capital intelectual que se destaca como elemento de maior valor capaz de agregar qualidade para o trabalho e manter em constante e infinita mudança determinada pela vontade de vencer, o que exige: proatividade, olhar sugestivo-constructivo, auto-organização, atualização constante. Cabe ao homem, neste olhar, a tarefa insubstituível de ser criativo para gerar novas ideias e identificar as oportunidades. O homem na sociedade do conhecimento deve ser um agente empreendedor cuja geração de riqueza não se limita ao conhecimento específico, mas se amplia, pela determinação, desejo de vencer, sede de aprendizado contínuo, busca por oportunidades, comprometimento o desenvolvimento individual e coletivo além de iniciativa e autoconfiança.

Estas características da sociedade em tempos pós-modernos exige do indivíduo o desenvolvimento contínuo e flexível. Frente a esta demanda as práticas educacionais têm sido repensadas, o incentivo a inovação e pesquisa tem se ampliado e políticas de acesso a educação tem se ampliado. E é frente a este desafio que emerge o crescimento exponencial da Educação a Distância que nesta coleção é discutida a partir de três volumes.

Neste primeiro volume, aqui organizado para você, apresentamos questões de conhecimento geral da EaD enquanto prática educacional que possibilita a democratização do ensino a partir de diferentes ofertas, como, curso de graduação, pós-graduação e projetos de extensão, por exemplo. Um cenário que amplia as oportunidades de desenvolvimento contínuo que são aplicados a diferentes áreas, como, gestão e saúde, aqui discutidas por exemplo.

Além desta discussão, trazemos neste primeiro volume questões relacionadas a reflexões de políticas públicas educacionais que são discutidas enquanto relevantes para o financiamento de projetos que visam oportunidade o maior número de acesso ao desenvolvimento contínuo. Frente a discussão tem-se a análise das inferências locais do entorno que emergem desta crescente integrando, por meio de localização e ações de polos e disposição de egressos em dada região com sendo um conjunto de elementos que integra a transformação social do nosso País.

Além disso, ainda neste volume 1, apresentamos a você que todo este processo de mudança considera questões de avaliação individual e institucional além do desenvolvimento de práticas pedagógicas de ensino onde o profissional criativo que por vezes encontra-se com atividades home-office e tem um ritmo de trabalho intelectual intensivo. Estas características colocam o tutor como mediador do conhecimento. Uma

prática profissional que emerge da sociedade pós-moderna, integrando conceitos de interatividade e colaboração, contribuindo diretamente para as diferentes experiências promovidas sem limite de tempo ou espaço geográfico, pois as fronteiras neste conceito apresentam-se cada vez mais tênues.

Temos então uma mudança no valor da educação, que se destaca como fator de mobilidade social. Cria-se o reconhecimento da relevância do desenvolvimento contínuo seja por base da educação formação, educação extensiva e continuada, integração de ações de estágio entre outros. Sendo então o conhecimento reconhecido como a principal matéria-prima desta sociedade a oportunidade de desenvolvimento contínuo é uma demanda latente da sociedade contemporânea. Tal prática desenvolve-se a partir de uma produção flexível, um profissional, empreendedor, um cronograma descrito e acompanhado em tempo real, organização de espaço de modo ilimitado e a massa de desenvolvimento reconhecida pelo intangível.

Destacamos que este contexto socioeconômico integra a sociedade contemporânea onde o conhecimento é reconhecido como recurso que se amplia sempre que compartilhado, diferente de quando falamos dos recursos monetários. Esta discussão intersecta a necessidade de investir, desenvolver, executar e avaliar o processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, bem maior e de valor econômico imensurável, na sociedade contemporânea, onde o conhecimento amplia-se exponencialmente a partir da soma de: conceitos, práticas, experiências e convergência destes elementos.

Com base nesta discussão inicial convidamos você a desenvolver seu conhecimento no que tange a educação a distância e suas práticas compartilhadas neste capítulo. Uma experiência que oportuniza você um olhar de diferentes cenários, como, oportunidades, políticas, entorno, polo, egresso, tutoria e avaliação. Um cenário que se expande a partir da produção de bens inteligentes e múltiplos conhecimentos que se expandem por meio de mídias, especialistas entre outros recursos. Por fim, infere-se que a EaD tem relação direta com a sociedade do conhecimento, uma vez que a informação valiosa é criada pela combinação de dados que são significados a partir da análise e exigem necessariamente a ação da mente humana, como, reflexão, síntese, estruturação e contexto. Elementos entregáveis pela EaD.

Boa leitura.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA VISTA COMO UMA POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO	
<i>Wanderson Gomes de Souza</i>	
<i>Simone de Paula Teodoro Moreira</i>	
<i>Celso Augusto dos Santos Gomes</i>	
<i>Alessandro Ferreira Alves</i>	
<i>Alessandra Aparecida de Paula Souza</i>	
CAPÍTULO 2	13
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SOB A LÓGICA DA DOMINAÇÃO	
<i>Paulo Jorge de Oliveira Carvalho</i>	
CAPÍTULO 3	24
INFANTES.COM E A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM CURSO DE EXTENSÃO NA MODALIDADE EAD	
<i>Tânia Regina da Rocha Unglaub</i>	
<i>Roselaine Ripa</i>	
<i>Lidiane Goedert</i>	
CAPÍTULO 4	38
PERCEPÇÕES QUANTO A GRADUAÇÃO NA EaD: UMA VISÃO DO PNAP/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/UNIMONTES POLO URUCUIA/MG (2011 a 2015)	
<i>Mônica Nascimento e Feitosa</i>	
<i>Viviane Nascimento Silva</i>	
<i>Everaldo Carvalho de Almeida</i>	
CAPÍTULO 5	58
UM CURSO NA MODALIDADE EAD VOLTADO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E AO CUIDADO DE SI	
<i>Divair Doneda</i>	
<i>Bruna Concheski de Moura</i>	
<i>Clevi Elena Rapkiewicz</i>	
<i>Vanuska Lima da Silva</i>	
CAPÍTULO 6	70
O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: EXPERIÊNCIAS NA MODALIDADE A DISTANCIA	
<i>Leila Valderes Souza Gattass</i>	
<i>Rosalva Pereira de Alencar</i>	
<i>Juliano Rybas Ignês</i>	
CAPÍTULO 7	83
UMA ATIVIDADE VIRTUAL DE REGÊNCIA ORQUESTRAL NA MODALIDADE EAD	
<i>Daniel Chris Amato</i>	
<i>Endre Solti</i>	
CAPÍTULO 8	96
A SEMIPRESENCIALIDADE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
<i>Valter Gomes Campos</i>	
<i>Noeli Antônia Pimentel Vaz</i>	
<i>Pollyana dos Reis Pereira Fanstone</i>	
<i>Valéria Soares de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	105
PESQUISA E INTERATIVIDADE NA EaD: OS TEMAS TRANSVERSAIS NOS ESTÁGIOS DE DOCÊNCIA	
<i>Álvaro Veiga Júnior</i> <i>Adriana Lessa Cardoso</i>	
CAPÍTULO 10	115
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: ESTUDO COMPARATIVO DOS GOVERNOS LULA E DILMA	
<i>Karina Fernanda da Silva</i> <i>José Geraldo Pedrosa</i> <i>Iomara Albuquerque Giffoni</i>	
CAPÍTULO 11	126
A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI: OS PROCESSOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS VIVENCIADOS NO CONTEXTO DE 2016 – 2017	
<i>Mara Lúcia Ramalho</i> <i>Everton Luiz de Paula</i> <i>Kyrleys Pereira Vasconcelos</i>	
CAPÍTULO 12	141
A EAD NO BRASIL: O ETERNO RETORNO	
<i>Adilson Gomes dos Santos</i> <i>Ariston Lima Cardoso</i> <i>Karina Zanoti Fonseca</i> <i>Eniel do Espírito Santo</i> <i>Leandro Sodrê Barreto</i> <i>Rafael Bittencourt Vieira</i>	
CAPÍTULO 13	155
AS RELAÇÕES CONSTRUÍDAS COM OS POLOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA A DISTÂNCIA – CLMD	
<i>Thaís Philipsen Grützmann</i> <i>Rozane da Silveira Alves</i> <i>Rita de Cássia de Souza Soares Ramos</i>	
CAPÍTULO 14	164
EAD EM PALMAS: O EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
<i>Elizabeth Maria Lopes Toledo</i>	
CAPÍTULO 15	181
ATUAÇÃO DA TUTORIA EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU A DISTÂNCIA	
<i>Francisca Bertilia Chaves Costa</i> <i>Milena Marcintha Alves Braz</i> <i>July Grassiely de Oliveira Branco</i> <i>Márcio Luiz Carlos de Moraes</i> <i>Célida Juliana de Oliveira</i> <i>Ana Maria Fontenelle Catrib</i>	
CAPÍTULO 16	202
INTERATIVIDADE E TUTORIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO A DISTÂNCIA	
<i>Julio Candido de Meirelles Junior</i> <i>Camyla D'Elyz do Amaral Meirelles</i>	

CAPÍTULO 17	212
MODELOS DE TUTORIA PARA EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR	
<i>Karina Fernanda da Silva</i>	
<i>José Geraldo Pedrosa</i>	
CAPÍTULO 18	233
O TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: QUEM É ESSE SUJEITO?	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
CAPÍTULO 19	248
DA NECESSIDADE DE HUMANIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE TUTORIA NOS CURSOS DA MODALIDADE EAD	
<i>Sérgio Rodrigues de Souza</i>	
<i>Júlio César Merij Mário</i>	
<i>Liliane Rodrigues de Araújo</i>	
CAPÍTULO 20	259
PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES A DISTÂNCIA DO NEAD/IFRJ: UMA PERSPECTIVA INTERATIVA E COLABORATIVA	
<i>Aline Pinto Amorim</i>	
<i>Débora Regina Campos Cândido</i>	
<i>Giovana da Silva Cardoso</i>	
<i>Morgana de Abreu Leal</i>	
CAPÍTULO 21	271
POSSIBILIDADES DE UMA TUTORIA HÍBRIDA EM EAD: A HORIZONTALIZAÇÃO CRIATIVA DOS PROCESSOS E A CULTURA DO PERTENCIMENTO	
<i>Debora Pereira Claudio</i>	
<i>Gustavo Luiz Gava</i>	
<i>Maura Vello</i>	
<i>Neide Borscheid Mayer</i>	
<i>Sheyla Mara Coraiola</i>	
CAPÍTULO 22	285
FORMAÇÃO DE PROFESSORES-TUTORES: PRINCÍPIOS FORMATIVOS	
<i>Priscila Costa Santos</i>	
<i>André Felipe Costa Santos</i>	
CAPÍTULO 23	300
ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO TUTORIAL PARA UM CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE INFLUENZA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA ONLINE	
<i>Ivana Cristina Vieira de Lima</i>	
<i>Andréa Soares Rocha da Silva</i>	
<i>Naiana Alves Oliveira</i>	
<i>Fabiane do Amaral Gubert</i>	
<i>Maria Lucijane Gomes de Oliveira</i>	
<i>Walézia Lopes Vasconcelos de Souza</i>	
CAPÍTULO 24	310
PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
<i>Luiz Henrique Gomes Saraiva</i>	
<i>Sálvio De Macedo Silva</i>	

CAPÍTULO 25	324
OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A AVALIAÇÃO FORMATIVA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Josiane Faganello</i>	
<i>Eli dos Reis</i>	
<i>Maria Inês Pereira Guimarães</i>	
CAPÍTULO 26	336
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
<i>Rosemery Celeste Petter</i>	
<i>Taciana Mirna Sambrano</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	350
SOBRE OS AUTORES	351

A EAD NO BRASIL: O ETERNO RETORNO

Adilson Gomes dos Santos

Universidade do Recôncavo da Bahia/SEAD,
E-mail: adilsongomes@ufrb.edu.br

Ariston Lima Cardoso

Universidade do Recôncavo da Bahia/SEAD,
E-mail: ariston@ufrb.edu.br

Karina Zanoti Fonseca

Universidade do Recôncavo da Bahia/SEAD,
E-mail: karinaufrb@ufrb.edu.br

Eniel do Espírito Santo

Universidade do Recôncavo da Bahia/SEAD,
E-mail: enielsanto@gmail.com

Leandro Sodré Barreto

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia,
E-mail: leosbarreto@gmail.com

Rafael Bittencourt Vieira

Universidade do Recôncavo da Bahia/SEAD,
E-mail: naturarafa@yahoo.com.br

RESUMO: Verificamos que os primeiros relatos da Educação a Distância (EaD) no Brasil, teve início na década de 1920, com a criação de cursos por correspondência e radiodifusão. A partir desse marco inicial, no âmbito das políticas públicas e dos marcos regulatórios, a proposta de instituir a EaD, percorreu diversas trilhas conceituais até chegar a legislação atual. Desta forma, é possível perceber que durante esse período, a EaD sempre recorreu a tecnologia vigente para sua implementação.

Todavia, apresentou momentos de significativo crescimento e outros de estagnação, consequência do eterno revés da política e a recorrente descontinuidade das ações implementadas para o seu desenvolvimento. Neste artigo, temos como objetivo analisar a argumentação nos pareceres dos projetos de criação da “Universidade Aberta” (UA) no Brasil, e fornecer evidências, em face do cenário de incertezas que se apresenta na contemporaneidade, relacionadas ao futuro do atual programa, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A metodologia da investigação, se configura como uma revisão sistemática (RS), bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, sobre o percurso histórico dos principais marcos regulatórios e das principais propostas de criação da UA no Brasil. O resultado da análise apresenta importantes evidências para orientar possíveis ações direcionadas a consolidação da EaD no âmbito das políticas públicas de educação no Brasil. Concluímos que o eterno retorno dos projetos de criação da UA, representa o maior dos pesos para EaD no Brasil, que resultou em um atraso de quatro décadas em relação a evolução da EaD no mundo.

Palavras-chave: universidade aberta. Educação a distância. Política pública.

ABSTRACT – We found that the first reports of Distance Education (DE) in Brazil began in the 1920s with the creation of correspondence courses

and broadcasting. From that starting point, in the context of public policies and regulatory frameworks, the proposal to establish Distance Education, toured several conceptual tracks until reaching the current legislation. In this way, you can see that during this period, Distance Education has always relied on current technology for its implementation. However, it had moments of significant growth and other stagnation, a result of the eternal setback politics and the applicant discontinues the actions taken for its development. In this article, we have to analyse the arguments on the opinions of the creation of projects “Open University” in Brazil, and provide evidence, in the face of uncertainty scenario that presents nowadays, concerning the future of the current program. The methodology of the research, is configured as a systematic, bibliographic and documentary review with a qualitative approach, on the historical background of the main regulatory frameworks and the main proposals for the creation of the “Open University” in Brazil. The analysis result provides important evidence to guide possible actions aimed at consolidation of Distance Education in the context of public policies in Brazil. We conclude that the eternal return of the creation of projects “Open University”, is the largest of the weights for Distance Education in Brazil, which resulted in a delay of four decades regarding the evolution of Distance Education in the world.

KEYWORDS: Open University. Distance Education. Public Police.

INTRODUÇÃO

A partir da constatação que a EaD no Brasil não é uma realidade nova; pois já tem mais de um século de existência, a investigação desse período histórico, no âmbito das políticas públicas e dos marcos regulatórios da EaD, revelou o percurso e as diversas trilhas conceituais até chegar a sua legislação atual.

Desta forma, é possível perceber que durante esse período, a EaD no Brasil sempre recorreu a tecnologia vigente para sua implementação. Todavia, apresentou momentos de significativo crescimento e outros de estagnação, consequência do eterno revés da política e a recorrente descontinuidade das ações implementadas para o seu desenvolvimento, o que nos remete ao eterno retorno do processo da sua implementação.

Em face do cenário de incertezas que se apresenta na contemporaneidade, em relação ao futuro do atual programa, o Sistema UAB, o objetivo da nossa pesquisa foi analisar a argumentação nos pareceres dos projetos de criação da UA e fornecer evidências das razões para o impedimento da sua criação. A metodologia da investigação, se configura como uma revisão sistemática (RS), bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, sobre o percurso histórico dos principais marcos regulatórios e das principais propostas de criação da UA no Brasil.

O resultado da análise apresenta importantes evidências, para orientar possíveis ações direcionadas a consolidação da EaD no âmbito das políticas públicas no Brasil. Concluimos que o eterno retorno dos projetos de criação da UA, representa o maior dos pesos para EaD no Brasil, que resultou em um atraso de quatro décadas em relação a

evolução da EaD no mundo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A investigação nos conduziu a fazer a revisão sistemática (RS) da EaD no Brasil por períodos, dividimos em três períodos históricos: o primeiro, desde o início da EaD na década de 1920 até a década 1950, período com predominância do ensino a distância por correspondência e por radiodifusão. O segundo, a partir da década de 1960 até a década de 1990, fortemente marcada pelo processo de transição do paradigma econômico liberal para o neoliberal e, por conseguinte do educacional, influenciados pela evolução das tecnologias e pelo modelo de produção industrial. E finalmente, a partir de 2000, o período que inaugura o século XXI, caracterizado pela sociedade em rede (Castells, 1999; 2003), que emerge, com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como um novo modelo de sociedade, e no âmbito desta revolução, está a rede mundial de computadores como principal vetor de transformação nesta nova estrutura social, a sociedade informacional.

Todavia, para entender o cenário da EaD no Brasil na contemporaneidade, é preciso conhecer seu pano de fundo histórico. Assim, para fundamentar a nossa opção em dividir a expansão da EaD no Brasil em três períodos, partimos do conceito de “geração de inovação tecnológica na educação a distancia” que foi sistematizado por (GOMES, 2008), em seis diferentes gerações, sustentado em vários autores (Garrison, 1985; Nipper, 1989; Taylor, 1999, 2001; Gomes, 2003; entre muitos outros) e nas experiências de EaD no mundo. Considerado pela autora (Idem, 2008, p. 185) como um esforço de sistematização, com o intuito de facilitar a reflexão e a discussão e não como uma “classificação” absolutamente estanque. Além de associarmos a classificação de (MOORE, MICHAEL G.; KEARSLEY, 2013), como podemos observar na figura 1.



Figura 1 Gerações de EaD

Fonte: Elaborado pelos autores com base em (Gomes M. J., 2008) (Moore & Kearsley, 2013).

Desta forma, a revisão sistemática da trajetória da EaD no Brasil segue a referida classificação, todavia, divide em três períodos: 1º (1920 a 1960); 2º (1961 a 1990) e 3º (1991 a 2016), com o objetivo de situar o crescimento e a expansão da EaD. Que segundo (ALVES, 2009), no Brasil apresenta-se como uma modalidade educacional exitosa, apesar da falta de políticas públicas em determinados períodos. Conquanto, na contemporaneidade, se ajusta perfeitamente a nova estrutura social, apresentada pela emergente sociedade informacional, destacando-se como uma alternativa viável para democratização e expansão da educação com qualidade.

REVISÃO SISTEMÁTICA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A saga da criação da UA no Brasil, começa na década de 1970. E nos leva ao seguinte questionamento: Quais argumentações justificaram os votos contrários nos pareceres dos projetos de criação da UA no Brasil? Para responder esta questão, realizamos a revisão sistemática (RS), um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência, uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema (JADAD; COOK; BROWMAN, 1997; SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Com o sucesso da criação da Open University (OU), conforme (ALVES, 2009), parlamentares brasileiros apresentaram projetos de lei para criação de uma UA no Brasil nos moldes da OU. Em 1972, registra-se a primeiro movimento de criação de uma UA no Brasil, através da apresentação do Projeto de Lei nº 962, de 05 de outubro de 1972 (GASPARINI, 1972).

Uma proposição do Deputado Alfeu Gasparini, com a seguinte ementa: Dispõe sobre frequência livre em cursos de nível universitário. O projeto foi rejeitado por unanimidade pelo parecer da Comissão de Educação e Cultura, por entender que a matéria deveria aguardar para um julgamento mais maduro sobre a EaD e por sua relativa impraticabilidade, foi arquivado em 06 de maio de 1974. Contudo, fomentou a visita oficial a Londres de uma comissão brasileira para conhecer à OU, fato que deu início as discussões sobre a criação da UA no Brasil (NISKIER, 1988).

No retorno da visita oficial a OU, em janeiro de 1973, o Professor Newton Lins Buarque Sucupira, então coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Educação (MEC), apresentou o relatório da comissão, que abordava a viabilidade da UA no Brasil. No qual, indicava os pontos críticos para a implantação do modelo, entre outros, ressaltou a produção do material impresso, a preparação das aulas para rádio e televisão e a regularidade para a distribuição do referido material.

No seu relatório, o Professor Newton Sucupira, aponta a OU, como:

“A primeira experiência de aplicação sistemática e institucionalizada dos meios de comunicação de massa, combinados com os mais variados processos de instrução, com o objetivo de proporcionar formação universitária regular a grande contingente da população acima de 21 anos que não teve, ou não tem condições de frequentar uma universidade convencional”(NISKIER, 1988).

Nestes termos, conclui que a OU não se diferencia das demais universidades inglesas, ressalta que sua originalidade está na integração sistemática de todas as tecnologias utilizadas no processo de ensinar e aprender, a incluir os encontros presenciais. Afirma que OU não se restringi a novos processos para os conteúdos tradicionais, seu foco está na inovação dos cursos e do modelo de aprendizagem vigente nas universidades presenciais.

No entendimento da comissão, na possibilidade da criação de uma UA no Brasil, tal iniciativa deveria ser uma ação exclusiva do MEC, devido a especificidade, e vetado à iniciativa privada o processo inicial de implantação e funcionamento. Argumentava que as universidades privadas não teriam condições para executar, com a eficácia, um sistema institucional de educação complexo e dispendioso.

O relatório da comissão, propôs a utilização da UA na formação de professores do ensino de 1º e 2º graus (atual ensino fundamental e médio), em exercício da docência sem formação universitária. Proposta justificada pela dificuldade em ofertar a formação de nível superior ao professor em serviço, nas localidades que não possuem universidades presenciais. Conclui a assertiva da seguinte forma: “Para esse fim, formação de professores em serviço, a criação da UA no Brasil seria apropriada” (grifo nosso).

Desta forma, a conclusão final do referido relatório, propõe a criação de uma comissão de especialistas para analisar a viabilidade de instituir uma UA no Brasil. A proposta foi aceita e a comissão instalada, depois de meses de trabalho, a comissão apresentou relatório favorável à implantação da UA, com adaptações, e com a seguinte recomendação: instituir um grupo de trabalho. Que foi formalizado pela Portaria Ministerial nº 96, de 05 de março de 1974, com o objetivo de apresentar anteprojeto das diretrizes e bases para a organização e o funcionamento da UA (FARIA, 1977).

Todavia, a primeira tentativa, de fato, para criar a UA no Brasil, foi com o Projeto de Lei nº 1.878, de 25 de março de 1974, uma proposição do Deputado Pedro Faria. O projeto de lei constava em sua ementa apenas o seguinte: Institui a Universidade Aberta. O referido projeto foi rejeitado, fundamentado no voto contrario registrado no Parecer nº 2.780, de 06 de setembro de 1974, do Conselho Federal de Educação (CFE). Teve como Relator o Sr. Conselheiro Professor Newton Lins Buarque Sucupira, que aconselhou o seu arquivamento, que foi realizado em 08 de março de 1975 (FARIA, 1974).

O voto do Relator pela rejeição do projeto, no Parecer nº 2.780/74, foi apoiado na seguinte argumentação: o projeto de lei era genérico, além de ser permissivo a instauração de UA por quaisquer instituições, o relator julgava ser inconveniente tal permissividade, manifestou, da mesma forma, que o projeto, não explicitava o tipo de sistema a ser adotado, limitava-se a indicar a sujeição à legislação do ensino superior, no que se refere às exigências para o funcionamento, com exceção da frequência obrigatória.

No entendimento do relator, a particularidade do sistema organizacional da UA, demanda regulamentação específica, a definir: a estrutura organizacional, com clareza e precisão de como irá funcionar. Nessa abordagem, o relator argumentava que, devido a complexidade que a nova modalidade educacional apresentava, o Brasil não teria capacidade de abarcar mais de uma UA. Assim, no seu parecer, reitera a conclusão do

relatório de 1973, sobre a criação da UA no Brasil, “se é aconselhável, esse processo deverá ser uma iniciativa exclusiva do MEC”, conquanto, recomenda aguardar a apresentação do projeto que está a ser elaborado pelo grupo de trabalho criado para esse fim. (FARIA, 1977).

De acordo com (ALVES, 2007), o grupo de trabalho não funcionou e o projeto elaborado pelo MEC, não foi encaminhado de forma correta ao Congresso Nacional, e logo depois, foi retirado pelo Governo Federal, sem qualquer justificativa plausível. Diante deste fato, o Projeto de Lei, da criação da UA, foi definitivamente arquivado em 08 de março de 1975.

Dois anos depois do arquivamento do Projeto de Lei nº 1.878/74, que instituiu a UA, o mesmo deputado reapresenta a matéria, com um novo Projeto de Lei nº 3.700, de 19 de maio de 1977, em seu discurso no plenário, em dezoito de maio, ressaltava que o projeto que apresentara em 1974, foi arquivado sem receber qualquer manifestação da Câmara ou mesmo da Comissão de Educação e Cultura. Apenas exarado o parecer do CFE, contrario a aprovação.

No mesmo discurso, defendeu, que todas as instituições de ensino, pública e privada, possam pleitear a instalação de uma UA, por ser, “apenas, uma forma de ensino que se dispõe a aproveitar as potencialidades dos novos meios de comunicação, ainda não utilizados pela universidade tradicional” (FARIA, 1977). Todavia, o segundo projeto de criação da UA, foi também arquivado em 03 de março de 1979.

Uma nova tentativa de instituir a UA no Brasil, foi proposta por meio do Projeto de Lei nº 1.751, de 11 de agosto de 1983, uma proposição do Deputado Clark Platon, com a seguinte ementa: Autoriza o poder executivo a instituir, na educação brasileira, o sistema de UA. No artigo primeiro contava que o Poder Executivo ficaria autorizado a instituir, na educação brasileira, o sistema de UA. Na sua justificativa faz alusão as experiências de EaD no mundo e no Brasil, e finaliza com a seguinte argumentação: “A instituição da UA, parece-nos a única medida capaz de atender as constantes solicitações de ampliação do ensino universitário no País, com barateamentos nos custos do ensino superior e a capacidade de formação de bons pesquisadores”. Apesar dos pareceres pela aprovação, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, da Comissão de Educação e Cultura, (CEC) (PLATON, 1983), o projeto de lei foi arquivado em 05 de abril de 1989.

Outra matéria a tratar da UA, foi o Projeto de Lei, nº 8.571, de 16 de dezembro de 1986, apresentado pelo Deputado Paulo Lustosa, projeto equivocado por desvirtuar o conceito de UA, no artigo primeiro, propõe que a “Fundação Instituto de Ciências Puras e Aplicadas” (FUNCEVE), uma instituição de direito privado, recebesse autorização para usar o nome “Universidade Aberta”, e funcionar como uma instituição de ensino superior, cujo ensino seria ministrado preferencialmente através de processos de comunicação a distancia. E, no artigo dezesseis, versa que o Poder Publico dará amparo técnico e financeiro através de bolsas de estudo. E para finalizar o disparate, na sua justificativa afirma que: “A instituição, apesar da designação de UA, continuaria com o mesmo modelo pedagógico da universidade presencial, com exceção da frequência obrigatória e do ingresso através de vestibular”. O projeto foi arquivado em 01 de fevereiro de 1987 (LUSTOSA, 1986).

A próxima proposta de criação da UA, desta vez, partiu do próprio Poder Executivo Federal, com duas proposições procedentes: o Projeto de Lei nº 4.592, de 12 de março de 1990. Com a seguinte ementa: “Dispõe sobre a universidade aberta do Brasil e dá outras providências”. Com o objetivo da democratização do ensino superior. No artigo primeiro, o Poder Executivo ficava autorizado a criar a UA do Brasil, vinculada ao MEC, no artigo segundo, a coordenação e a supervisão técnica caberiam ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e sua implantação e funcionamento ficaria com a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (Funtevê), e, no parágrafo único: o MEC e órgãos e programas a ele vinculados, responderiam pelos encargos financeiros decorrentes desta lei através de recursos próprios.

Deste modo, a Presidência da República, por meio da Mensagem nº 086/90, ao Congresso Nacional, para deliberação do Projeto de Lei nº 4.592/90, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação: que argumentava ser uma questão de justiça social e de inserir no momento de rápido avanço dos conhecimentos técnico-científicos, para a aceleração do desenvolvimento do País, asseverava que a criação da UA do Brasil, naquele momento representava uma oportunidade histórica. O projeto foi aprovado em todas as Comissões da Câmara dos Deputados.

Em 1991, também foi encaminhado o substitutivo, Projeto de Lei da Câmara nº 62, de autoria do Executivo Nacional, com a mesma proposição aprovado da mesma forma que o projeto anterior (BRASIL, 1991, 1990). O referido projeto foi aprovado pela Mesa Diretora da Câmara, em Redação Final, e foi encaminhado ao Senado Federal, em 25 de junho de 1991, já então em tramitação, foram retirados pelo Poder Executivo, a pedido, pelos Despachos da Presidência da República, aprovados no Senado Federal: a Mensagem de nº 200 e de nº 281, de 1993. Arquivados: o Projeto de Lei nº 4.592/90 e o Projeto de Lei da Câmara nº 62/91, sem maiores explicações ou justificativas (BRASIL, 1993a, 1993b).

Contudo, a saga da criação da UA do Brasil, continua e retorna a baila do Congresso Nacional na forma de um novo Projeto de Lei nº 4.625, de 14 de junho de 1994, na verdade, como afirma o próprio autor do projeto, o Deputado Carlos Sant’Anna, é o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.592/90, resultante da Mensagem nº 86/90, do Poder Executivo, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, com poder terminativo das Comissões com todos pareceres pela aprovação com substitutivo.

À época do envio da Mensagem nº 86/90, exercia o Deputado Carlos Sant’Anna o cargo de Ministro da Educação, coordenou o trabalho desenvolvido, especialmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), e, por via de consequência, elaborou e assinou a Exposição de Motivos nº 38, de 31 de janeiro de 1990. Todavia, de forma contraditória, as comissões que aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei nº 4.592/90, quatro anos depois rejeita, com parecer contrário o Projeto de Lei, nº 4.625 de 14 de junho de 1994, (o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.592/90), que autoriza o Poder Executivo a criar a UA do Brasil. Pelos motivos, a seguir arrolados, no voto da relatora da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, a Deputada Ângela Amin:

A própria Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, em Ofício-P nº 155/91, tem se manifestado contrariamente a projetos dessa natureza, que autorizam o Poder Executivo a adoção de alguma medida concreta. Entende que essas proposições, sob o pretexto de “autorizar” outro Poder a implementar determinada medida ou providência, acabam, na verdade, por invadir seara legislativa reservada à competência privativa de outros órgãos.

Ademais, o próprio projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PL nº 1.258-C/88), aprovado nesta Casa Legislativa, já dedica um capítulo especial à Educação à distância (Capítulo XVI) e prevê, em um de seus artigos (art. 85, parágrafo 4º), a criação de uma instituição pública, especificamente voltada para a problemática do ensino superior à distância. Assim, a futura “Lei Maior da Educação” contemplará diretrizes para a educação à distância no País, no qual se enquadra a modalidade de ensino superior, o que torna, mais uma vez, essa proposição desnecessária.

Neste sentido, somos de parecer contrário à aprovação do projeto de lei sob apreciação. (SANT’ANNA, 1994)

Mais uma vez, foi abortada a oportunidade da criação da UA do Brasil, apesar do projeto acima citado, ainda não se constituir em uma UA nos moldes da OU, UNED entre outras, pois o projeto autorizava a criação sob a forma de fundação pública, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Brasília, destinada a ampliar e democratizar as oportunidades de acesso à educação superior, por meio de programas de educação à distância, realizados através das universidades públicas existentes no País. Contudo, era o melhor projeto apresentado, até aquele momento. Foi arquivado em 03 de fevereiro de 1995 (SANT’ANNA, 1994).

Sem a aprovação legal da UA e com um quantitativo considerável de professores em efetivo exercício da docência sem a formação em nível superior, havia a necessidade de alcançar essa demanda. Assim, a partir desta contingência, tem início as primeiras ações do Governo Federal para implementar redes de EaD. Com a criação da Subsecretaria de EaD, na esfera da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, incorporada no ano seguinte a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, criada em 1996.

Após a criação da SEED, as instituições públicas de ensino superior (IPES), dá início a elaboração dos programas de formação inicial e continuada de professores na modalidade EaD, para atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Todavia, foi a iniciativa privada que impulsionou a EaD, a partir de 2002, momento em que passou do status de coadjuvante da modalidade presencial para torna-se protagonista no mercado educacional do Brasil, com as instituições de ensino superior (IES), após vencer a barreira do credenciamento para a oferta de cursos na modalidade EaD, com cursos no segmento de formação de professores (GIOLO, 2010).

No período de 1999 a 2002, as IES obtiveram o credenciamento para ofertar cursos em EaD, o que levou o MEC a constituir em 2002, uma Comissão Assessora para Educação Superior a Distância, formada por especialistas em EaD, Portaria nº 335, de 6 de fevereiro de 2002, com o objetivo de elaborar uma proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de EaD (BRASIL- MEC, 2002; VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

Com a promulgação, em 10 de dezembro de 2004, da Portaria do MEC nº 4.059/2004,

que revoga a Portaria nº 2.253/2001, preconiza, especificamente, a oferta de EaD nos cursos superiores. Essa portaria prevê a inserção, na organização pedagógica e curricular, dos cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial. Essa oferta, no entanto, está circunscrita a até vinte por cento da carga horária total dos cursos, e as disciplinas podem ser ofertadas integral ou parcialmente a distância, desde que os projetos pedagógicos incluam essa possibilidade e estejam aprovados nas instâncias competentes da instituição, também se define a necessidade e a preponderância da avaliação presencial sobre a avaliação a distância (BRASIL - MEC, 2004, p. 34).

A Portaria SESu/MEC nº 37, de 02 de setembro de 2004, criou o Grupo de Trabalho de EaD para a Educação Superior (GTEADES), com a finalidade de oferecer subsídios para a formulação de ações estratégicas para a EaD, a serem implantadas, nas universidades, em consonância com as Políticas da SEED. Com a atribuição de elaboração um documento de recomendações “Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional” (MEC/SES, 2004).

O documento foi apresentado em 28 de janeiro de 2005, no bojo das recomendações destacam-se, as preocupações de caráter técnico, ideológico, político e educacional. Desta forma, discorre que uma legislação para EaD, deve ampliar a visão e estimular ações fundamentadas em referenciais de qualidade e democracia. Assim, a lei serve a regulação, com diretrizes para o acompanhamento e prestação de contas à sociedade quanto a qualidade e democratização do acesso. A preocupação está na omissão do governo brasileiro quanto a regulamentação da EaD, uma modalidade formadora passível de concessão, portanto deve ser orientado por políticas e legislação pertinentes (GTEADES, 2005).

Foi instituído pelo Governo Federal, em 2004, o Programa de Formação Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura), destinado formação inicial, desenvolvido em parceria com as IPES, para atender professores dos anos/séries finais do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio da rede pública de ensino, sem a habilitação para o exercício da docência (BRASIL - MEC/SEED, 2005a). Foram ofertados cursos de licenciatura na modalidade EaD, criados por IPES, a partir do primeiro edital para financiamento público de cursos em nível superior na modalidade EaD, através da Chamada Pública nº 1, de 07 de junho de 2004. O edital não deixava explícito as razões do pré-requisito que só poderia concorrer apenas as IPES organizadas em Consórcios e com um projeto único passível de ser aplicado em todas as instituições participantes, condicionante que gerou intensa discussão entre as IPES consorciadas a UNIREDE (BRASIL - MEC/SEED, 2004).

Segundo (CARVALHO; PIMENTA, 2010, p. 105), provavelmente o conceito de articulação ocorreu em função do pequeno número de professores pesquisadores em EaD à época, a exigência da articulação entre as IPES para estabelecer uma ação única, ou a organização em consórcios, possivelmente, para restringir a entrada de instituições internacionais que demonstravam interesse em investir na EaD no Brasil. Desse modo, o primeiro edital

obrigou as IPES a se organizarem em consórcios e a desenvolverem projetos.

Todavia, o Pró-Licenciatura foi substituído por um outro programa, o Sistema (UAB), mais que o mero fato de cambiar um programa, essa nova configuração apresentou significativa mudança na diretriz do governo federal para as políticas públicas de EaD no Brasil. Segundo (CARVALHO, 2009, p. 128), não há como estabelecer com precisão uma causa específica para justificar as mudanças, a autora reconhece ter apenas indícios que apontam para a reestruturação do quadro gestor da EaD na SEED/MEC. Essa nova estrutura promoveu a criação do Sistema UAB em 2006, afirma ser um modelo padronizado, a representar grupos que percebem a EaD como um paradigma hegemônico a convergir para a proposta fordista no processo de educação de massas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO SISTEMA UAB

Apenas em 2006, o Brasil consegue criar por decreto o Sistema UAB, de fato não se caracteriza como uma “Universidade Aberta”, pois, foi constituído como um consórcio de IPES, e também não é Aberta, por não ter o significado que se aplica às demais Universidades Abertas do mundo, que seguem o princípio norteador da OU. O paradoxo do Sistema UAB, apresenta-se já na origem, foi oficialmente criada pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, uma parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e na Gestão da Educação Superior (BRASIL, 2006).

Todavia, suas atividades começam seis meses antes da sua criação oficial, a primeira chamada pública para o Sistema UAB, ocorre pelo edital UAB 1, de 16 de dezembro de 2005, que representou uma mudança significativa na implementação da EaD no Brasil, a autorização dos cursos deixou de ser pela análise do Projeto Político Pedagógico, e passa a ser por articulação com os Estados e Municípios (BRASIL - MEC/SEED, 2005a, p. 39, 2005b).

Conquanto, no site do Sistema UAB (CAPES, 2016), na página “Histórico” consta a seguinte informação:

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (CAPES, 2016).

Entretanto, no documento oficial de criação consta junho de 2006, estatui no seu artigo primeiro: “Fica instituído o Sistema UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”.

Os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância, com sua primeira versão de 2003 e revisado em 2007. Um documento sem força de lei, mas considerado um importante documento para a EaD, por ser um referencial para a regulação, supervisão e avaliação. As

orientações contidas nele têm função indutora, da própria concepção teórico-metodológica da EaD e da sua organização (Brasil, 2007).

Em 2015, ocorre a mais recente iniciativa para instituir a UA do Brasil, agora com o Projeto de Lei nº 3.758, de 25 de novembro de 2015, uma proposição do Deputado Reginaldo Lopes, com a seguinte ementa: Institui Sistema Nacional de Educação a Distância. No momento está a aguardar parecer do relator da Comissão de Educação (CE). O projeto, é uma proposta de junção do Sistema UAB e o Sistema Rede E-Tec Brasil, são sistemas que utilizam a EaD em seus respectivos níveis de ensino, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos, programas e projetos de educação do Brasil. Seus objetivos são: de estabelecer diretrizes, normas e regulamentos para organizar a estrutura e o funcionamento da EaD no País; fomentar o desenvolvimento institucional para a EaD, bem como para a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino apoiadas TDIC; além de agregar instituições de ensino que promovem a educação profissional e tecnológica, nos diversos níveis e etapas de ensino, em rede nacional (LOPES, 2015).

Em 2016, foi aprovado o marco regulatório do ensino superior a distância, em discussão desde 2009, a nova Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de Educação Superior na modalidade a distância. Reitera a proposição do planejamento único, regulamenta o compartilhamento de polos, credenciamento simultaneamente para EaD e ensino presencial, consolida a parceria entre instituições credenciadas para EaD e outras pessoas jurídicas (BRASIL- MEC, 2016).

Todavia, apesar das discussões e audiências públicas para contemplar as demandas do setor, que formou consenso sobre a necessidade de atualização do documento, contudo desagradou determinados segmentos, principalmente as IES privadas, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), que em carta aberta, afirma a que não há avanços no conteúdo do marco regulatório, e há elementos frágeis que carece de revisão, para não trazer prejuízos para a sociedade brasileira (ABED, 2016)(ABED, 2016).

Paradoxalmente, apesar das experiências exitosas, as ações para o desenvolvimento da EaD insistem em incorrer nos mesmos equívocos, causa recorrente do eterno retorno ao processo de implementação, que de fato, representa o maior dos pesos para EaD, vale a digressão com base no conceito de Nietzsche contido no aforismo 341:

O maior dos pesos – E se um dia, ou uma noite, um demônio lhe aparecesse furtivamente em sua mais desolada solidão e dissesse: ‘Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!’. – Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? Ou você já experimentou um instante imenso, no qual lhe responderia: “Você é um deus e jamais ouvi coisa tão divina!”. Se esse pensamento tomasse conta de você, tal como você é, ele o transformaria e o esmagaria talvez; a questão em tudo e em cada coisa, “Você quer isso mais uma vez e por incontáveis vezes?”, pesaria sobre os seus atos como o maior dos pesos! Ou o quanto

“você teria de estar bem consigo mesmo e com a vida, para não desejar nada além dessa última, eterna confirmação e chancela” – Friedrich Nietzsche, Gaia Ciência, aforismo 341 (Nietzsche, 2008, p. 194).

A partir deste excerto da filosofia nietzschiana, conseguimos ter uma noção da realidade de submissão generalizada da EaD no Brasil, em relação as políticas públicas de Educação. Vemos também que mesmo com a Educação contida nas macropolíticas do Governo Federal, a EaD não ultrapassa a condição de programa de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a EaD representa as possibilidades para a universidade do futuro por sua característica de flexibilidade para a criação, com qualidade, dos diferentes processos de ensinar e aprender. Assim, as políticas públicas educacionais, devem ser regulamentadas de forma clara, apesar do avanço na sua implementação, a realidade atual exige uma reflexão mais aprofundada sobre a questão da formação de professores e as concepções de educação que atendam às possibilidades que as TDIC introduzem nos processos formativos à distância.

O movimento para consolidar a EaD no Brasil teve um percurso longo e repleto de avanços e retrocessos, o diálogo sobre EaD, foi intensificado a partir da criação da UNIREDE até culminar em 2005, com a regulamentação das diretrizes para as políticas públicas de EaD no país. Entretanto, é importante perceber as evidências e as consequências das recorrentes tentativas de criação da UA no Brasil, e a capacidade adaptativa para implantar a modalidade EaD.

Com base na análise qualitativa dos dados, ascenderam três tópicos: a política de educação, o Sistema UAB e a legislação de EaD. Em primeira instância, os resultados evidenciam a importante oportunidade que o Brasil perdeu no início da década de 1970, de instituir a UA e consolidar a modalidade de EaD no País. É sabido, que não é possível modificar o passado, mas podemos aprender com a história.

A justificativa para protelar a criação da UA no Brasil, fundamentou-se na falta de regulamentação específica, a falta de capacidade de abarcar a tarefa de instituir uma UA e protecionismo governamental como podemos observar nesse excerto do parecer CFE “na possibilidade da criação de uma UA no Brasil, se é aconselhável, esse processo deverá ser uma iniciativa exclusiva do MEC”.

Essa tendência se repetiu com todas demais propostas de criação da UA no Brasil, que resultou em um atraso significativo na consolidação da modalidade EaD no Brasil. Contudo, por força da rápida evolução das TDIC, vetor de transformação de uma nova estrutura social, a EaD no cresceu consideravelmente, apesar dos entraves burocráticos apresentados ao longo das últimas quatro décadas. E a proposta de criação de UA no Brasil, nos moldes OU, UNED, entre outras, está, definitivamente abolida. Portanto, o eterno retorno do processo de consolidação da EaD no Brasil, gerou fortes dificuldades, também deverá nos levar a uma necessária e ampla reflexão sobre as políticas públicas de

educação, a legislação e regulação da modalidade EaD e no seu modelo organizacional e pedagógico para se consolidar no sistema de educação superior.

REFERÊNCIAS

ABED. ABED: Carta aberta, 09 de março de 2016 São Paulo, 2016.

ALVES, J. R. M. EAD no Brasil. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

ALVES, J. R. M. A História da Educação a Distância no Brasil. In: Educação à distância: o estado da arte. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2009. v. 1p. 9–13.

BRASIL - MEC. Portaria no 4.059 de 10 de dezembro de 2004, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>

BRASIL - MEC/SEED. Adiamento de Chamada Pública na 1/2004, 2004.

BRASIL - MEC/SEED. Programa de formação inicial para professores em exercício no ensino fundamental e no ensino médio: Pró-Licenciatura, 2005a.

BRASIL - MEC/SEED. Edital no 1, de dezembro de 2005, 2005b.

BRASIL- MEC. Portaria nº 335, de 6 de fevereiro de 2002, 2002.

BRASIL- MEC. Resolução CNE/CES no 1, de 11 de março de 2016, 2016.

BRASIL, P. DA R. Projeto de Lei da Câmara no 62, de 1991 Câmara dos Deputados, , 1991.

BRASIL, P. DA R. Mensagem no 281, de 25 de maio de 1993, 1993a.

BRASIL, P. DA R. Mensagem (SF) no 200, de 25 de maio de 1993, 1993b.

BRASIL, P. DA R. C. C. Decreto no 5.800 de junho de 2006, 2006.

BRASIL, P. E. Projeto de Lei no 4592 / 1990, 1990.

CAPES. UAB Histórico. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=21>. Acesso em: 14 maio. 2016.

CARVALHO, A. B. G. A Educação a Distância e a Formação de Professores na perspectiva dos estudos culturais. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2009.

CARVALHO, A. B. G.; PIMENTA, S. DE A. Professores da Educação Básica a Distância : O Contexto do Pró-Licenciatura. Dossiê Temático Escola Pública, p. 101–123, 2010.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FARIA, P. Projeto de Lei no 1.878 / 1974, 1974.

FARIA, P. Projeto de Lei no 3.700 / 1977, 1977.

GASPARINI, A. Projeto de Lei no 962 / 1972 Câmara dos Deputados, , 1972.

GIOLO, J. Educação a Distância: tensões entre o público e o privado. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271–1298, 2010.

GOMES, M. J. Na senda da inovação tecnológica na Educação a Distância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, v. 42, n. 2, p. 181–202, 2008.

GTEADES. Documento de recomendações “Ações estratégicas em educação a distância em âmbito nacional”. Brasília, 2005.

JADAD, A. R.; COOK, D. J.; BROWMAN, G. P. A guide to interpreting discordant systematic reviews. *Cmaj*, v. 156, n. 10, p. 1411–1416, 1997.

LOPES, R. Projeto de Lei n.º 3.758 / 2015, 2015.

LUSTOSA, P. Projeto de Lei no 8.571 / 1986, 1986.

MEC/SES, B.-. Portaria no 37, de 2 de setembro de 2004(DOU de 09/09/2004 – Seção I – p.16)Brasil, 2004.

MOORE, MICHAEL G.; KEARSLEY, G. Educação a distância: Sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NIETZSCHE, F. *The gay science: With a prelude in German rhymes and an appendix of songs* (J. Nauckhoff & A. Del Caro, Trans.). Seventh ed. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2008.

NISKIER, A. Conselho Federal de Educação Ensino a Distancia-Universidade Aberta Indicação nº 18/86 Arnaldo NiskierBrasília, 1988.

PLATON, C. Projeto de Lei no 1.751 / 1983, 1983.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

SANT’ANNA, C. Projeto de Lei no 4.625 / 1994, 1994.

VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. A Universidade Virtual No Brasil. Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe. Anais...Quito - Equador: IESALC -, 2003

SOBRE A ORGANIZADORA

Andreza Lopes: Doutora e Mestra em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação a Distância e em Auditoria Empresarial. Graduada em Administração e Pedagogia. Profissional & Self Coaching. Experiência há mais de 15 anos na área de Educação com ênfase em Educação a Distância, mídia do conhecimento, ensino -aprendizagem e desenvolvimento de competências. Das diferentes atividades desenvolvidas destaca-se uma atuação por resultado, como: coach e mentora acadêmica, professora, palestrante, pesquisadora, avaliadora de artigos e projetos, designer educacional e consultora EaD. Como consultora atuou com projetos de segmento público e privado a partir de diferentes parcerias, como: IESDE, UFSC; CEDERJ; Cerfead/IFSC; IMAP e Delinea Tecnologia Educacional. Autora de livros e artigos científicos. Fundadora do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico Andreza Lopes (IPDAAL) onde atua como CEO e Facilitadora do Programa de Coach e Mentoria Acadêmico em Ação (www.andrezalopes.com.br).

SOBRE OS AUTORES

Adilson Gomes dos Santos: Licenciado em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Doutorando em Ciências da Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia - UMinho, IEP-UMinho, Portugal. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores, Educação a Distância, atua, principalmente, nos seguintes temas: educação a distância, formação de professores, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas.

Adriana Lessa Cardoso: Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero - D'Generus; E-mail para contato: adrianalessacardoso@gmail.com

Alessandra Aparecida de Paula Souza: Professora do UNIS/MG (Centro Universitário Sul de Minas); Graduação em Bacharelado em Direito pela FADIVA (Faculdade de Direito de Varginha); Mestrado em Gestão Pública e Sociedade pela UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas); E-mail para contato: alessandrasouza@unis.edu.br

Alessandro Ferreira Alves: Professor do UNIS/MG (Centro Universitário Sul de Minas); Graduação em Matemática pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia); Mestrado em Matemática pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); Doutorado em Engenharia Elétrica pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); E-mail para contato: matematica@unis.edu.br

Aline Pinto Amorim: Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ; Graduação em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Especialização em Gestão e Docência em Educação a Distância pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Mestrado em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG; E-mail para contato: aline.amorim@ifrj.edu.br

Álvaro Veiga Júnior: Professor da Universidade Federal de Pelotas Bolsista CAPES UaB/UFPel; Graduação em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil; Graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel; Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel; Email avj.pedagogia@gmail.com

Ana Maria Fontenelle Catrib: Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduação em Pedagogia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 2; Grupo de pesquisa: Promoção da saúde nos espaços educacionais; E-mail para contato: catrib@unifor.br

André Felipe Costa Santos: Doutorando e Mestre em Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB), com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Lisboa (UL), Portugal. Atua no Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação - GRUPPE da UnB e no Núcleo de Pesquisa Internacional em Representações Sociais- NEARS da PUC-SP, ambos cadastrados no Diretório do Grupo de Pesquisas do Brasil do CNPq. Tem experiência na área de Psicologia da Educação; Psicologia Social na Educação; Avaliação da/na Educação; Representações Sociais e Educação ; Ciências Sociais na Educação, Direitos Humanos e Educação e; Educação para a Paz.

Andréa Soares Rocha da Silva: Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC); Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Saúde da Família RENASF/UFC; Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Ceará; Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Ceará; Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Grupo de pesquisa: Grupo Educação, Tecnologia e Saúde – GETS (UFC).

Ariston de Lima Cardoso: Físico (bacharel e licenciado), mestre em Física, doutor em Geociências pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Superintendente de Educação Aberta e a Distância. Professor Pesquisador nível I CAPES/UAB, Coordenador Institucional do Comitê de Formação de Professores UFRB (COMFOR), Coordenador UAB. Principais áreas: Física e Tecnologias Educativas. Principais linhas de pesquisa: Tecnologias Educacionais e Assistivas, Divulgação e Popularização do Ensino de Ciências, Robótica e Física, Educação a Distância e Tecnologias.

Bruna Concheski de Moura: Graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camyla D'Elyz do Amaral Meirelles: Professora tutora do Bacharelado em Administração Pública Semipresencial da Universidade Federal Fluminense – PNAP – UAB; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Presidente Antonio Carlos; Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense.

Célida Juliana de Oliveira: Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Grupo de pesquisa: Projeto de Pesquisa e Extensão Saúde Cardiovascular e Cerebrovascular (GPESCC); E-mail para contato: celida.oliveira@urca.br

Celso Augusto dos Santos Gomes: Professor do UNIS/MG (Centro Universitário Sul de Minas); Graduação em Bacharelado em Música pela UniFIAM/FAAM (Centro Universitário FIAM/FAAM); Graduação em Licenciatura em Música pela UNINCOR (Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações); Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); Doutorado em Educação pela UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela FAPEMIG; E-mail para contato: celso.gomes@unis.edu.br

Clevi Elena Rapkiewicz: Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduação em

Tecnólogo de Processamento de Dados e em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Tecnologias Digitais na Educação - UFRGS

Daniel Chris Amato: Professor PEB – III/ ARTES da Prefeitura Municipal de Campinas; Graduação em Educação Artística com Habilitação em Música pelo UNASP-EC; Especialização em Educação Musical pelo UNASP-EC; Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela UNESP-IB/RC; E-mail para contato: maestrodanielamato@gmail.com

Debora Pereira Claudio: Professora na Universidade Positivo (UP); Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Mestrado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutorado em Fonoaudiologia e os Processos de Linguagem pela Universidade Tuiuti do Paraná; E-mail para contato: deborapclaudio@gmail.com

Débora Regina Campos Cândido: Professora substituta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e tutora presencial do Consórcio CEDERJ; Graduação em Turismo pelo Centro Universitário de Barra Mansa – UBM; Especialização em Ciências Humanas: Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e em Gestão e Implementação da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestrado em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo – NEPET (UFRRJ); E-mail para contato: drccandido@gmail.com.

Divair Doneda: Pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduação em Ciências Sociais, História e Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Medicina: Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorado em Medicina: Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Grupo de pesquisa: Alimentos, Nutrição e Cultura – UFRGS; E-mail para contato: divair@gmail.com

Eli dos Reis: Professor-tutor de EAD da Universidade Metodista de São Paulo, Polo Ribeirão Preto - SP; Graduação em Economia pela Universidade de Mogi das Cruzes - SP; Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Paulista (UNIP); Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF); E-mail para contato: elidosreis@zipmail.com.br

Elizabeth Maria Lopes Toledo – professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins; Membro do corpo docente do Programa de Pós- Graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Tocantins; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Mestrado em Ciências da Educação pela UNB. Grupos de pesquisa vinculados: Formação de Professores. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Grupo de pesquisa: Criança e adolescente. Núcleo Institucional de Estudos em Políticas Públicas Educacionais – NIEPPE; E-mail: elizabeth.ml@unitins.br

Endre Solti: Professor do Conservatório Municipal de Poços de Caldas; Graduação em Música Popular pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Mestrado em Música pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp previsão

de conclusão 2020; E-mail para contato: endreguitar@gmail.com

Eniel do Espírito Santo: Doutor e pós-doutor em Educação. É professor adjunto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordena o Núcleo de Educação Continuada Digital na SEAD/UFRB e o curso de especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital, realizado entre Universidade Aberta de Portugal e UFRB. Lidera a linha de pesquisa Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação no Grupo de Pesquisa em Tecnologias Educacionais, Robótica e Física (G-TERF). Autor do livro "Leitura e Produção do Texto Acadêmico" (2016) e coautor do livro "Modelo Pedagógico Virtual UFRB: por uma educação aberta e digital" (2018).

Everaldo Carvalho de Almeida: Bacharel em Administração Pública pelo Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) e CEAD/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Everton Luiz de Paula: É graduado em Química, especialista em Educação Empreendedora, Mestre em Ciências - Química de Materiais, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), especialista em Design Instrucional para Ead Virtual pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Doutor em Físico-Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo realizado um estágio sanduíche na Université de Montpellier 2 em colaboração com o Professor Dr. Jean-Jacques Robin. Atualmente é Diretor de Educação Aberta e a distância na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Atua na área de Química, desenvolvendo nanocompósitos e blendas poliméricas baseados em materiais biodegradáveis para aplicação nas áreas médica, ambiental e de embalagens. Em Educação, tem experiência no ensino e em orientação, atuando também na área de educação a distância on-line, tendo atuado em diferentes cursos da UFSJ, oferecidos na modalidade de Ead Virtual; Email: everton2804@gmail.com

Fabiane do Amaral Gubert: Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado Profissional em Saúde da Família RENASF/UFC; Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará; Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa Família, Ensino, Pesquisa e Extensão - FAMEPE (UFC).

Francisca Bertilia Chaves Costa: Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Grupo de pesquisa: Promoção da saúde nos espaços educacionais da Universidade de Fortaleza; Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); E-mail para contato: bertilia_chaves@hotmail.com

Giovana da Silva Cardoso: Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ; Graduação em Matemática pelo Centro Universitário de Barra Mansa e graduação em Pedagogia pela Fundação Rosemar Pimental – FERP; Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA; Grupo de pesquisa: PIVICT 2017-108 Educação Inclusiva; E-mail para contato: giovana.cardoso@ifrj.edu.br.

Gustavo Luiz Gava: Professor na Universidade Positivo e Centro Universitário Opet (UP e UNIOPET); Graduação em Filosofia pela Faculdade de Administração, Ciências Educação e Letras. Mestrado em

Filosofia da mente pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Doutorado em Filosofia da Mente pela pontifícia Universidade Católica do Paraná com período sanduíche na Universidade do Porto, Portugal. E-mail para contato: gustavoluizgava@hotmail.com

Hercules Guimarães Honorato: Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão, ano de conclusão 2012. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN), anos de conclusão, respectivamente, 2007 e 1999. Especialista em Logística e Gestão Internacional pelo Instituto COPPEAD de Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anos de conclusão, respectivamente, 2009 e 2007. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto a Vez do Mestre (IAVM), da Universidade Cândido Mendes (UCAM), ano de conclusão 2008. Bacharel em Ciências Navais, com habilitação em Administração de Sistemas, pela Escola Naval, ano de conclusão 1982. Integrante do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) de 2009 a 2012, retornando à instituição em nov. de 2017. Professor dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) e do Logística e Mobilização Nacionais (CLMN). Professor da Escola Naval de 2012 a out. de 2017 das Disciplinas de Metodologia da Pesquisa e Introdução à Logística Naval.

Iomara Albuquerque Giffoni: Professor da Universidade: CEFET/MG; Membro do corpo docente da Graduação em Administração pela Universidade CEFET/MG; Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí; Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pós Doutorado em Metodologia do Ensino Superior pelo CEPENMG; Grupo de pesquisa: AVACEFE.

Ivana Cristina Vieira de Lima: Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará; Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará; Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará; Grupo de pesquisa: Grupo Educação, Tecnologia e Saúde – GETS (UFC).

José Geraldo Pedrosa: Professor da Universidade: CEFET-MG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG; Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Josiane Faganello: Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS; Graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutorado em Biologia Celular e Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Grupo de pesquisa: Alfabetização Científica em Ciências Morfológicas e Promoção da Saúde - UFSM; E-mail para contato: jfaganello@gmail.com

Juliano Ribas Ignêz: Professor da Universidade FACULDADE DO PANTANAL - FAPAN- MT; Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; Mestrado em Ecologia e Conservação da biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT; E-mail para contato: rybasbiologo@hotmail.com

Julio Candido de Meirelles Junior: Professor da Universidade Federal Fluminense; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PGPPD) da Universidade Federal Fluminense; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Presidente Antonio Carlos; Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Rio Verde; Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Líder do Grupo de Pesquisa: Análise de Risco em Controladoria Estratégica – ARCONTE.

Júlio César Merij Mário: Licenciado em Sistema de Informação - Pedagogia - Matemática - Mestre em Educação (Tecnologias e Educação à Distância) - Especialista em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Doutorando em Tecnologias Educacionais à Distância pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) - Cambridge, Massachusetts, USA.

July Grassiely de Oliveira Branco: Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL); Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); E-mail para contato: julybranco.upa@gmail.com

Karina Fernanda da Silva: Tutora da Universidade Federal de São João Del Rey; Graduação em Administração pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH; Mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Minas Gerais – CEFET-MG; Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Grupo de pesquisa: NIPE-LOG (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Logística).

Karina Zanoti Fonseca: Nutricionista, mestre em Ciências Farmacêuticas, doutora em Bioquímica Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Adjunta II na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Principais áreas: Flavonoides, Desenvolvimento de produtos, Inovação Tecnológica, Alimentação Coletiva e Ciência dos Alimentos. Principais linhas de pesquisa: Química de Produtos Naturais, Substâncias Bioativas em Alimentos, Desenvolvimento de Novos Produtos, Alimentação Coletiva e Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição. É vice líder do Grupo de Pesquisa no CNPq: Bioprodutos e processos aplicados à Nutrição Humana (BIONUTRI).

Kyrleys Pereira Vasconcelos: Possui graduação em licenciatura plena em Matemática pela Universidade Vale do Rio Doce (2004), graduação em Pedagogia (2012) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). Atualmente é professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK. Professora colaboradora do Programa de Pós graduação em Educação -PPGED/UFVJM.Coordenadora do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Educação Básica (COMFOR/UFVJM); Coordenadora do curso de Especialização em Educação do Campo: práticas pedagógicas (UFVJM); Coordenadora do curso de Aperfeiçoamento em educação do campo: práticas pedagógicas; Coordenadora de Tutoria e do Estágio Supervisionado na DEAD/UFVJM . Tem experiência na área de Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, educação matemática, práticas de numeramento e etnomatemática e práticas pedagógicas. Membro do Grupo de Estudos sobre Numeramento -UFMG; Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação Matemática e Sociedade- UNISINOS; Membro do grupo de Estudo e Pesquisa em Currículos, Culturas e Sujeitos do

Campo e da Cidade; E-mail: kvasconcelos81@gmail.com

Leandro Sodré Barreto: Possui graduação em Física pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professor do Instituto Federal da Bahia. Tem experiência na área de Ensino de Física e suas Tecnologias, com ênfase em instrumentação em Física e Ensino à distância. Possui experiência em Teoria Geral de Partículas e Campos, além de experiência em ensino de graduação para engenharias, atuando principalmente nos seguintes temas: Física Geral, controle e automação, Ensino à distância, desenvolvimento, metalurgia, fluxo de dados e controle.

Leila Valderes Souza Gattass: Professora da Universidade: Universidade do Estado de Mato Grosso; Faculdade de Ciências da Saúde; Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas – DEAD\UAB\ UNEMAT; Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Doutorado em Educação em Ciências e Matemática – REAMEC – pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; E-mail para contato: leila.v.gattass@gmail.com

Lidiane Goedert: Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Membro do corpo docente do Centro de Educação a Distância da UDESC; Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Doutoranda em Ciências da Educação, na Especialidade Tecnologia Educativa, pela Universidade do Minho em Portugal; Grupo de pesquisa: Educação e Cibercultura; E-mail para contato: lidiane.goedert@udesc.br

Liliane Rodrigues de Araújo: Pedagoga - Doutoranda em Ciências Pedagógicas pela Universidad de Ciencias Pedagógicas “Enrique José Varona” - La Habana, CU.

Luiz Henrique Gomes Saraiva: Tutor EAD na Universidade Federal de São João Del Rei; Membro do Corpo docente do curso de Administração Pública a Distância na Universidade Federal de São João Del Rei; Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de São João Del Rei; Especialista em Educação a distância pela Faculdade SENAC – Minas; Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Federal de São João Del Rei.

Mara Lúcia Ramalho: Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, lotada na Diretoria de Educação a Distância (DEAD). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG(2016); Mestre em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP (2006); formação em pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG/ Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina-FAFIDIA (1997). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado profissional) com atuação na linha de pesquisa: Educação, sujeitos, sociedade, história da educação e políticas públicas educacionais. Prioriza as discussões sobre as temáticas: políticas públicas; educação a distância; educação, cidadania, direitos humanos e gestão de instâncias (municipal, estadual e federal) e instituições escolares. Vice-coordenadora do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica da UFVJM; E-mail: mararamalho03@yahoo.com.br

Márcio Luiz Carlos de Moraes: Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração Pública do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-

ULisboa); Graduação em Informática pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestrado Profissional em Computação Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: 224559@iscsp.ulisboa.pt

Maria Inês Pereira Guimarães: Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestrado em Políticas Públicas para Juventude na Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Orientadora de Trabalho Final de Curso e Tutora da Universidade Aberta do Brasil, polo na Universidade Federal Fluminense (UFF - RJ); Professora do Ensino Fundamental para Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro/RJ. E-mail para contato: ines@iesc.ufrj.br

Maria Lucijane Gomes de Oliveira: Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Grupo de pesquisa: Avaliação e Gestão Educacional - GPAGE (UFC).

Maura Vello: Professora na Universidade Positivo (UP); Graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná. Mestrado em Organizações e Desenvolvimento pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná; E-mail para contato: mauravello@gmail.com

Milena Marcintha Alves Braz: Professora da Faculdade da Grande Fortaleza (FGF); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADRS) da Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail para contato: milena@virtual.ufc.br

Mônica Nascimento e Feitosa: Professora da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes; Professora de Educação a Distância (EaD) junto ao CEAD/Unimontes no PNAP/Administração Pública; Graduada em Direito (1992) e Ciências Contábeis (2000), ambas pela Unimontes; Especialista em Auditoria e Controladoria Pública; Mestrado em Desenvolvimento Social/PPGDS/Unimontes (2010 a 2012); Doutoranda em Desenvolvimento Social/PPGDS/Unimontes (2015 a 2019); Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Contabilidade/GEPEC; Coordenadora do Projeto de Extensão NASC/Unimontes.

Morgana de Abreu Leal: Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ; Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Faculdade CCAA; Especialização em Designer Instrucional para a EaD Virtual pela Universidade Federal e Itajubá, e em Planejamento, Implementação e Gestão da EaD pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Língua(gem) em Uso e Cognição – NELUC (UERJ); E-mail: morgana.leal@ifrj.edu.br.

Naiana Alves Oliveira: Professor da Faculdade Paulista de Serviço Social, FAPSS/SP; Graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande; Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade

Federal de Pelotas; Grupo de pesquisa: Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva da Faculdade de Enfermagem (UFPel).

Neide Borscheid Mayer: Professora no Centro Universitário Internacional (UNINTER); Graduação em Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria; E-mail para contato: bneide@gmail.com

Noeli Antônia Pimentel Vaz: Professora da Universidade Estadual de Goiás na modalidade presencial no Câmpus de Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas, e na modalidade a distância, pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede – CEAR/UEG. Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados. Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil. Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Projeto de pesquisa: A Mineração de Dados aplicada a avaliação da influência da mediação do tutor nos cursos de graduação em EaD do CEAR-UEG.

Paulo Jorge De Oliveira Carvalho: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Graduação em Psicologia pela Universidade Paulista; Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior oferecida pela CAPES para estágio realizado na Universidade de Lisboa (UL); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); E-mail para contato: paulo.jorge@ifsp.edu.br

Pollyana dos Reis Pereira Fanstone: Coordenadora de curso de Licenciatura em Computação do CEAR/UEG; Graduação em Ciência da Computação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Mestrado em Educação (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Grupo de pesquisa: A Mineração de Dados aplicada a avaliação da influência da mediação do tutor nos cursos de graduação em EaD do CEAR/UEG. EGESI - Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação.

Priscila Costa Santos: Doutoranda no Programa de Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós - Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Saúde do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Especialista em Educação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília. No contexto acadêmico, desenvolveu trabalhos sobre Educação a Distância, Formação de Professores e Professores-tutores para Educação a Distância, Tecnologias da Comunicação e Informação e Educação; e Análise de Redes Sociais na Educação. Possui experiência em Educação, com ênfase em Educação a Distância, como Coordenadora, Supervisora, Professora-tutora, desenvolvimento de atividades de planejamento e execução de cursos presenciais e a distância, revisão pedagógica de conteúdos e Designer Instrucional, em Instituições como: Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB), Coordenadoria de Capacitação (Procap/UnB), Centro de Educação a Distância (CEAD/UnB), Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas (PRODEQUI/UnB) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Rafael Bittencourt Vieira: Graduado em Engenharia de Pesca e mestrando em Ciência Animal pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Interesse na área da Genética

de organismos aquáticos e produção animal. Foi bolsista no laboratório de genética do Nepa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Possui área de interesse baseada principalmente nos seguintes temas: Genética, Dinâmica de Populações, Produção animal, Propriedade intelectual e Tecnologia aplicada a atividades de pesquisa na área de Engenharia de Pesca.

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos: Professora da Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil; E-mail para contato: ritamatematica@gmail.com

Rosalva Pereira De Alencar: Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso; Faculdade de Educação e Linguagem, na disciplina de Estágio Supervisionado, no Curso de Pedagogia; Graduação em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE; Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Linha de Pesquisa: Organização escolar, Formação e Práticas Pedagógicas; E-mail para contato: rosalvalencar@gmail.com

Roselaine Ripa: Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Membro do corpo docente do Centro de Educação a Distância da UDESC; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Grupo de pesquisa: Líder do Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar – Sul; E-mail para contato: roselaine.ripa@udesc.br

Rosemary Celeste Petter: Professora Adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição/ UFSM; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutoranda em Educação na Linha de Pesquisa “Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas”; Grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação – LêTece; E-mail para contato: rosypetter@gmail.com

Rozane da Silveira Alves: Professora da Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Pelotas; Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Católica de Pelotas; Graduação em Engenharia Industrial pela Universidade Federal do Rio Grande; Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas; E-mail para contato: rsalvex@gmail.com

Sálvio de Macedo Silva: Professor Associado I da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Graduado e mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras; Membro do Conselho Universitário - CONSU-UFSJ; Representante da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ nos conselhos de gestão das seguintes Unidades de Conservação: Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual Serra do Gambá com sede no município de Jeceaba - MG, e Conselho Deliberativo do Parque Ecológico Municipal da Serra do Lenheiro com sede em São João del-Rei – MG; Representante da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ no Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio

Grande; Pesquisador do Centro de Estudos em Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

Sérgio Rodrigues de Souza: Doutor em Ciências Pedagógicas pela Universidad de Ciencias Pedagógicas “Enrique José Varona” - La Habana, CU. Pós-Doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy - Buenos Aires, AR.

Sheyla Mara Coraiola: Professora na Universidade Positivo (UP); Graduação em Tecnologia em Eletrotécnica Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Mestrado em Mestrado em Educação Pontifícia Universidade Católica do Paraná; E-mail para contato: sheyla.coraiola@gmail.com

Simone de Paula Teodoro Moreira: Professora do UNIS/MG (Centro Universitário do Sul de Minas); Graduação em Licenciatura Plena - Matemática, Física e Desenho pelo UNIS/MG (Centro Universitário do Sul de Minas); Mestrado em Tecnologia de Informação e Com. na Formação em EaD pela UFC (Universidade Federal do Ceará); Doutorado em Educação pela UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela FAPEMIG; E-mail para contato: simone@unis.edu.br

Taciana Mirna Sambrano: Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; E-mail para contato: tacianamirna@gmail.com

Tânia Regina da Rocha Unglaub: Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Membro do corpo docente do Centro de Educação a Distância da UDESC; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR; Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP UNICAMP; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Grupo de pesquisa: Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade; E-mail para contato: tania.unglaub@udesc.br

Thaís Philipsen Grutzmann: Professora da Universidade Federal de Pelotas – UEPel; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas; Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Pelotas; Mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas; E-mail para contato: thaisclmd2@gmail.com

Valéria Soares de Lima: Professora da Universidade Estadual de Goiás na modalidade presencial no Câmpus de Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas, e na modalidade a distância, pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede – CEAR/UEG. Membro do corpo docente da pós-graduação em Gestão e Saúde – PNAP/CEAR/UEG. Graduação em: Licenciatura em Pedagogia com habilitação em: Orientação educacional – Faculdade UNICESP – Faculdade de Educação. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Nacional: Centro de Graduação e Pesquisa. Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Mestra em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO; Grupo de pesquisa: A Corporeidade/Subjetividade e a Educação Sexual nos Espaços Escolares na Contemporaneidade – PUC/GO. Políticas Educacionais e Gestão Escolar – PUC/GO. E-mail: valeria.lima@ueg.br

Valter Gomes Campos: Professor e Diretor do Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede – CEAR/UEG; Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literatura. Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil. Bacharel em Teologia. Seminário Teológico Cristão Evangélico do Brasil, SETECEB, Brasil. Mestrado em Educação (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Grupo de pesquisa: Metodologia aplicada à Educação a Distância.

Vanuska Lima da Silva: Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado em Ciência dos Alimentos pela Universidade de São Paulo Doutorado em Ciência dos Alimentos pela Universidade de São Paulo;

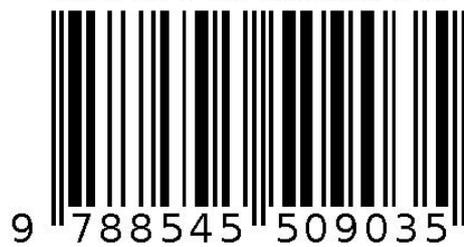
Viviane Nascimento Silva: Professora do Instituto Federal de Educação da Bahia/IFBA; Graduada em Ciências Sociais (2006) pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes; Especialista em Sociologia e Política pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes; Mestrado em Desenvolvimento Social/PPGDS/Unimontes (2009 a 2012); Doutorado em Desenvolvimento Social/PPGDS/Unimontes (2015 a 2019); Participa do Projeto de Extensão E-lixo/IFBA; Desenvolve estudos e pesquisas na área de Sociologia do Trabalho.

Walézia Lopes Vasconcelos de Souza: Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Telessaúde e Telemedicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Grupo de pesquisa: Grupo Educação, Tecnologia e Saúde – GETS (UFC).

Wanderson Gomes de Souza: Professor do UNIS/MG (Centro Universitário do Sul de Minas); Graduação em Administração pela UNINCOR (Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações); Graduação em Ciência da Computação pela UNIFENAS (Universidade José do Rosário Velano); Graduação em Tecnólogo Em Processamento de Dados pela UNIFENAS (Universidade José do Rosário Velano); Mestrado em Administração pela UNINCOR (Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações); Doutorado em Educação pela UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela FAPEMIG; E-mail para contato: wanderson@unis.edu.br

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-455090-3-5



9 788545 509035